

AVS Futebol, SAD

Relatório & Contas 2022 /2023



AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

RELATÓRIO DE GESTÃO ÉPOCA DESPORTIVA 2022/2023

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

O Conselho de Administração da AVS - Futebol, SAD, com sede na Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265, na Vila das Aves, vem cumprir o dever de prestação de informação de natureza económica e financeira, relativa ao exercício económico da época desportiva 2022/2023 ou seja no período compreendido entre 01 de julho 2022 e 30 de junho de 2023.

O presente documento foi elaborado de acordo com o quadro normativo vigente, nomeadamente o disposto no Código das Sociedades Comerciais e nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA

A época fica marcada pela realização do Mundial de Futebol de 2022, realizado no Qatar, e disputado nos meses de novembro e dezembro de 2022, o que obrigou a adaptações no calendário das competições nacionais.

Esta foi a quarta época em que a sociedade se viu privada de utilizar o Estádio do Cevadeiro em Vila Franca de Xira, em virtude de este não ter as condições necessárias para a realização dos seus jogos na condição de visitado no âmbito de uma competição profissional organizada pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP). O Campo do Cevadeiro é propriedade da CMVFX e não sendo possível realizar os jogos em casa, na cidade de Vila Franca de Xira, e até ao final deste exercício, os nossos jogos foram realizados no Estádio Municipal de Rio Maior.

Neste sentido, além das dificuldades inerentes à participação e disputa da segunda competição mais importante do futebol profissional, a sociedade teve de suportar também esta dificuldade que mais nenhum concorrente teve de enfrentar.

A sociedade participou pela quarta época consecutiva na segunda competição mais importante de Portugal, sendo que na época 23/24 irá disputar a Liga SABSEG pela quinta época consecutiva.

Na Liga SABSEG, e ainda com o nome Vilafranquense, terminou em 7.º lugar, com um total de 46 pontos obtidos, fruto de 12 vitórias, 10 empates e 12 derrotas.

Adicionalmente à Liga SABSEG, a sociedade também participou na Taça de Portugal, e na Taça da Liga. Na época 23/24 a AVS Futebol SAD irá disputar igualmente estas duas provas.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

Na categoria de Sub-19, a equipa participou no Campeonato Nacional da 1ª Divisão, destacamos esta participação pela sua relevância no panorama futebolístico nacional. Para esta Sociedade é importante manter equipas a disputar todos os escalões das competições de Futebol de Formação, no âmbito da Federação Portuguesa de Futebol e dispor de uma Academia dirigida ao Futebol.

A valorização nos aspetos técnico-táticos, físicos e sociais de jogadores e técnicos, está sempre presente nos objetivos desta Sociedade Desportiva.

Em abril de 2023 a sociedade alterou o nome de União Desportiva Vilafranquense Futebol, SAD para AVS Futebol, SAD e passou a sua sede para a Vila das Aves. A utilização do estádio do CD Aves na próxima época irá permitir resolver algumas das dificuldades sentidas nas últimas épocas.

3. ACTIVIDADE ECONÓMICA

3.1 – Enquadramento económico

3.1.1 - A Nível internacional

A atividade econômica global passa por uma desaceleração ampla e mais acentuada do que o esperado, com uma inflação mais alta do que a observada em várias décadas. A crise do custo de vida, o aperto das condições financeiras na maioria das regiões, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a persistente pandemia de COVID-19 pesam muito nas perspetivas.

Prevê-se que o crescimento global desacelere de 6,0% em 2021 e 3,5% em 2022 para 3% em 2023 e 2,9% em 2024. Este é o perfil de crescimento mais fraco desde 2001, exceto na crise financeira global e na fase aguda da pandemia de COVID-19. Prevê-se que a inflação global de 4,7% em 2021 e de 8,7% em 2022, diminua para 6,9% em 2023 e 5,8% em 2024.

O aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação e a guerra da Rússia na Ucrânia continuam a pesar sobre a atividade econômica. A rápida disseminação da COVID-19 na China diminuiu o crescimento em 2022.

Na maioria das economias, em meio à crise do custo de vida, a prioridade continua sendo alcançar uma desinflação sustentada.

A Índia continua a ser um ponto brilhante e juntamente com a China, será responsável por metade do crescimento mundial este ano, contra apenas um décimo dos EUA e da área do euro combinado. Espera-se que a inflação global diminua este ano, no entanto, a inflação global média anual projetada e o núcleo da inflação continuarão a ser acima dos níveis pré-pandemia em mais de 80% dos países.

As projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema preveem que o crescimento real anual do PIB passe dos 3,5% de 2022 para 0,6% em 2023 e 1,3 em 2024. Após o forte crescimento verificado no primeiro semestre, a atividade económica abrandou consideravelmente no terceiro trimestre de 2022. Um longo período de inflação pesa sobre os

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

gastos dos consumidores e as taxas de juro mais elevadas do Banco Central Europeu impedem a contratação de empréstimos para compras e investimentos, o que explica a quebra no crescimento económico.

Ao mesmo tempo, a confiança dos consumidores evidenciou alguma resiliência relativa, recuperando dos valores mínimos históricos registados em setembro graças às medidas do mercado de trabalho e orçamentais implementadas com vista a apoiar o rendimento disponível das famílias.

O mercado de trabalho permaneceu robusto e continuou a apoiar a atividade económica. O emprego total aumentou 0,3% em termos trimestrais em cadeia no terceiro trimestre de 2022. Isto significa que entre o quarto trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2022 o número de pessoas com um emprego aumentou em 3,1 milhões. A taxa de desemprego desceu 6,5% em outubro de 2022, cerca de 0,8 pontos percentuais abaixo do nível observado antes da pandemia em fevereiro de 2020.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook, Relatórios BCE e BP)

3.1.2 - A nível nacional

A economia portuguesa deverá crescer 2,1% em 2023, após 6,8% em 2022, a inflação atinge 8,1% em 2022 e reduzindo-se gradualmente para 5,4% em 2023. Face às projeções, o crescimento do PIB é revisto em alta em 2022 e em baixa em 2023, enquanto a inflação e a taxa de desemprego são mais elevadas em todo o horizonte. A recuperação económica iniciada a partir do segundo trimestre de 2020 tem sido mais forte e rápida do que o projetado, incluindo o emprego.

A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente.

A atividade económica registou a partir do segundo trimestre de 2022 uma forte desaceleração, após o período de recuperação da crise pandémica. A evolução recente da economia portuguesa tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuiram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

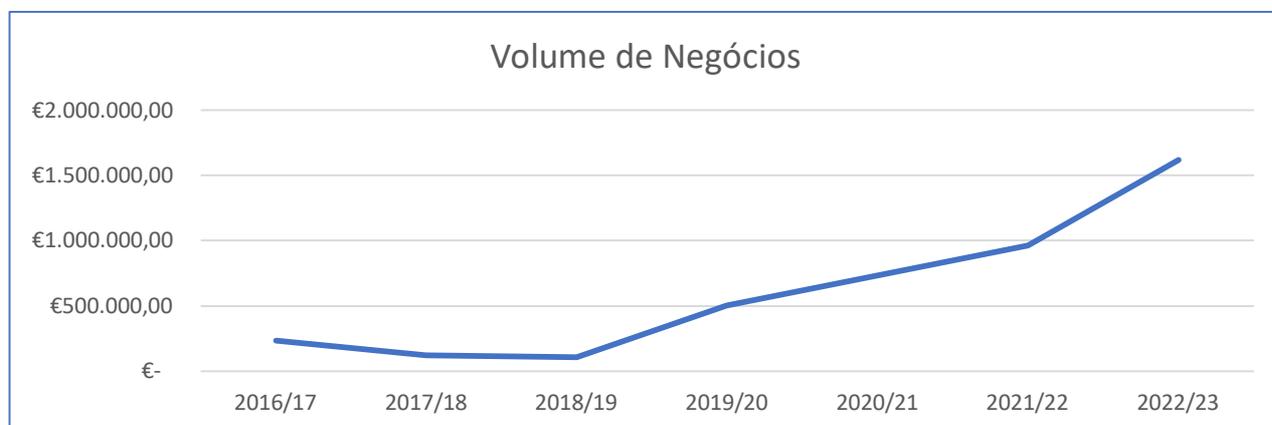
AVS Futebol, SAD

A economia portuguesa cresceu acima da área do euro entre 2016 e 2019, mantendo esta tendência em média entre 2020 e 2025. Recorde-se que o impacto da pandemia foi superior em Portugal, traduzindo-se numa queda do PIB mais marcada em 2020 (8,3% vs. 6,2%) e numa recuperação similar em 2021 (5,5% vs. 5,2%). O diferencial positivo de crescimento desde 2019 face à área do euro situa-se próximo de 3 pp e reflete diversos fatores estruturais e conjunturais.

(Fonte: Relatórios BCE e BP)

3.2 – Análise da atividade

No exercício de 2022/23 a Sociedade Desportiva apresenta um volume de negócios de 1.620.214,95 €, o que representa um acréscimo de 68,59% face ao anterior exercício. A evolução dos rendimentos é apresentada nos gráficos seguintes.



Nas últimas épocas existe um acréscimo muito significativo no volume de negócios da empresa.



AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265
4795-080 Vila das Aves
NIPC 510 779 301
comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

3.3 - Resultado das Operações

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	2022/23			2021/22			2020/21
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	1.620.214,95	659.162,14	68,59%	961.052,81	226.267,73	30,79%	734.785,08
Outros rendimentos e gastos operacionais	(3.364.519,45)	(388.749,27)	13,06%	(2.975.770,18)	(234.665,93)	8,56%	(2.741.104,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	(1.744.304,50)	270.412,87	(13,42)%	(2.014.717,37)	(8.398,20)	0,42%	(2.006.319,17)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(18.262,01)	(396,63)	2,22%	(17.865,38)	(4.825,28)	37,00%	(13.040,10)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	(1.762.566,51)	270.016,24	(13,28)%	(2.032.582,75)	(13.223,48)	0,65%	(2.019.359,27)
Resultados financeiros	(8.999,82)	(742,90)	9,00%	(8.256,92)	(2.815,22)	51,73%	(5.441,70)
Resultado antes de imposto (RAI)	(1.771.566,33)	269.273,34	(13,19)%	(2.040.839,67)	(16.038,70)	0,79%	(2.024.800,97)
Imposto sobre rendimento do período	(10.997,47)	(421,79)	3,99%	(10.575,68)	(3.604,68)	51,71%	(6.971,00)
Resultado líquido do período	(1.782.563,80)	268.851,55	(13,11)%	(2.051.415,35)	(19.643,38)	0,97%	(2.031.771,97)

Embora exista uma melhor performance ao nível dos rendimentos obtidos, a participação na Liga SABSEG, segunda maior competição nacional, e o objetivo de melhorar os resultados desportivos, exigem uma forte aposta e investimento nos recursos humanos da sociedade e nas suas competências.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

4.1 - Cenário macroeconómico

As perspetivas económicas mundiais deterioraram-se face à considerável incerteza geopolítica, à inflação elevada e crescente e às condições financeiras restritivas. Projeta-se que o crescimento mundial apresente um fraco dinamismo em 2023, mas registe posteriormente uma recuperação gradual. De acordo com as projeções, o crescimento real do PIB mundial (excluindo a área do euro) registará um abrandamento acentuado, situando-se em 2,6% em 2023, ou seja, bastante abaixo da sua média de longo prazo (3,6%), aumentando em 2024 e 2025 para 3,1% e 3,3%, respetivamente.

Esta fraqueza da economia mundial advém sobretudo das principais economias avançadas e da China. Projeta-se que a economia dos Estados Unidos abrande muito devido a condições financeiras mais restritivas do que o esperado, que afetam negativamente as despesas de consumo e o investimento.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265
4795-080 Vila das Aves
NIPC 510 779 301
comunicação@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

É provável que a economia do Reino Unido entre em recessão, com o consumo privado a ser atingido pelos elevados preços no consumidor e a subida dos custos dos empréstimos. Na China, espera-se que o crescimento real do PIB em 2022 não cumpra o objetivo fixado pelo governo e permaneça muito abaixo das taxas de crescimento médias anteriores à pandemia. Na Rússia, a economia entrou numa recessão em 2022, tendo esta sido menos grave do que o inicialmente esperado devido ao redirecionamento das exportações russas de petróleo para países asiáticos.

As perspetivas para o comércio mundial e a procura externa da área do euro também se deterioraram em comparação com as projeções. As pressões sobre os preços a nível mundial continuam a ser generalizadas e elevadas, num contexto de procura ainda relativamente robusta, restritividade dos mercados de trabalho e preços elevados dos produtos alimentares.

O abrandamento da economia mundial deverá pesar sobre o comércio da área do euro em 2023, que se projeta que permaneça fraco em termos líquidos em 2024 e 2025, resultando num persistente saldo negativo da balança corrente. Após dois anos de recuperação da pandemia, em 2023 esperam-se taxas de crescimento mais modestas para as importações e exportações da área do euro.

O prolongamento e a intensidade da guerra na Ucrânia em 2023 e os crescentes efeitos das sanções internacionais contra a Rússia, aliados a preços mais altos das matérias-primas, incerteza acrescida e condições financeiras mais restritivas, constituem um entrave em sentido descendente para a economia mundial, em particular na região da Europa Central e Oriental, com perturbações significativas no comércio e das cadeias de valor mundiais.

Após um crescimento de 6,8% em 2022, a economia portuguesa abranda significativamente em 2023, para 1,5%, projetando-se uma aceleração para 1,9% em 2025. A evolução da atividade em 2023 reflete a redução dos contributos do consumo privado e das exportações de serviços. O contributo do investimento aumenta e o das exportações de bens diminui ligeiramente, a evolução do PIB assenta na manutenção do contributo das exportações de bens e serviços, enquanto o contributo do investimento aumenta, situando-se nos dois casos próximos dos observados nos anos anteriores à pandemia.

Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais e uma maior absorção dos fundos europeus.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

Projeta-se uma redução da inflação para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, refletindo menores pressões de origem externa. O abrandamento da atividade mundial e a dissipação dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento contribuem para atenuar as pressões inflacionistas externas, assumindo-se uma desaceleração do preço das importações e, em particular, uma redução no caso do gás e do petróleo. Esta evolução é parcialmente contrabalançada pelas pressões internas, num contexto da margem reduzida de recursos no mercado de trabalho e em que os trabalhadores tentam mitigar perdas dos salários reais e as empresas recuperar margens de lucro.

A normalização da política monetária na área do euro deverá prosseguir, com o aumento das taxas de juro para valores neutrais, de forma a conter as pressões sobre os preços e manter ancoradas as expectativas de inflação. Em Portugal as empresas e as famílias estão atualmente mais bem preparadas para enfrentar um enquadramento mais adverso do que na crise das dívidas soberanas.

A médio e longo prazo, a capacidade de crescimento da economia portuguesa é limitada por obstáculos estruturais associados, em particular, à evolução demográfica desfavorável.

A utilização efetiva e eficaz dos fundos do PRR e a implementação das reformas previstas, com destaque para a melhoria da eficiência da administração pública e a redução dos custos de contexto contribuirão para aumentar o stock de capital e a produtividade da economia, possibilitando ganhos de crescimento potencial.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook, Relatórios BCE e BP)

4.2 – Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, e de acordo com a estratégia seguida nos anos anteriores, prevê-se o aprofundamento das relações comerciais com os nossos principais parceiros, continuando a evoluir quer em termos de organização, mas, sobretudo, a nível do nosso empenho para cada um dos nossos parceiros de negócio, procurando a sustentabilidade da SAD no médio e longo prazo.

A opção de passar a sede para a Vila das Aves, a alteração do nome para AVS Futebol, SAD e a utilização do estádio do CD Aves nas próximas épocas irá permitir a esta sociedade desportiva encerrar as competições nacionais em melhores condições e junto dos seus adeptos.

Na perspetiva desportiva, pretendemos em 2023/2024 dar continuidade à estratégia que vimos seguindo nos últimos anos, mantendo o objetivo fundamental de com uma organização dinâmica e flexível consolidar a permanência na segunda liga, contratado novos jogadores e mantendo os jogadores mais influentes.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

No curto prazo, existe a forte convicção que os resultados finais serão bem mais positivos em relação ao agora apresentado. Existem objetivos desportivos por atingir, mas não só, existem também objetivos de desenvolvimento do funcionamento da atividade da Sociedade, proporcionando a sua afirmação no futebol, evoluindo de forma equilibrada, consciente e sem hipotecar o seu futuro, de forma a conquistar melhores resultados desportivos e consequentemente mais títulos e ser uma referência na comunidade onde se insere.

5. POLÍTICAS DE GESTÃO E RISCO

O Conselho de Administração considera que o AVS Futebol, SAD está sujeita aos riscos normais das sociedades desportivas do mercado em que opera, que são principalmente, o risco desportivo, o risco de licenciamento para as competições, o risco de mercado e o risco de crédito.

- a) O risco desportivo resulta essencialmente dos resultados das competições desportivas. Tal como acontece com as restantes sociedades que disputam a 2ª Liga, esse risco é representado, a título principal, pela descida de divisão.
- b) A respeito do risco de licenciamento para as competições, a participação nas provas profissionais organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional tem vindo a ser sujeitas a exigências crescentes. A AVS Futebol, SAD tem vindo a preencher esses requisitos todos os anos, e o Conselho de Administração considera que não existe risco relevante de esse licenciamento não ser conseguido para a próxima época, sem prejuízo do que se afirma neste Relatório a respeito dos outros tipos de risco.
- c) A respeito do risco de mercado, o principal risco que se antecipa, a médio prazo, é a desvalorização das competições desportivas nacionais em favor de competições internacionais exclusivas para um pequeno núcleo de clubes nacionais. O Conselho de Administração está atento ao tema e fará e contribuirá para impedir a desvalorização das competições nacionais.
- d) A respeito do risco de crédito, é sabido que em Portugal o financiamento bancário para o futebol está praticamente impedido. Essencialmente, ao longo dos últimos anos as necessidades de financiamento da Sociedade têm vindo a ser supridas pela acionista maioritária da Sociedade.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta:

- O mau desempenho verificado no exercício;
- Que a SAD operou no período com resultados negativos;
- Que existem expectativas de recuperação do equilíbrio da conta de exploração;

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

O Conselho de Administração propõe, que o Resultado Líquido do Período, que foi negativo em 1.782.563,80 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, incluídas:

- Balanço em 30 de junho de 2023
- Demonstração dos resultados por naturezas
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Relatórios do Revisor Oficial de Contas
- Anexo as Demonstrações Financeiras

são parte integrante do presente relatório e contas.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se registaram quaisquer negócios entre esta Sociedade e os seus administradores, nem foi emitida qualquer autorização para o efeito, a sociedade não tem ações próprias e não tem sucursais.

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita para agradecer aos demais órgãos sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único.

Vila das Aves, 28 de setembro de 2023

A Administração



AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265
4795-080 Vila das Aves
NIPC 510 779 301
comunicacao@avsfutsad.pt



AVS - FUTEBOL, SAD

Balanço em 30.06.2023

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30/06/2023	30/06/2022
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	3;7;	63.914,44	42.347,14
Activos intangíveis	3;6;	72.473,58	9.442,73
Outros investimentos financeiros	3;21;	1.251,22	2.044,97
		137.639,24	53.834,84
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	21;	102.958,47	27.294,19
Estado e outros entes públicos	3;21;	-	9.631,20
Outros créditos a receber	21;	240.469,58	80.279,78
Diferimentos	19;	12.000,00	-
Caixa e depósitos bancários	3;4;	443.569,18	3.007,32
		798.997,23	120.212,49
TOTAL DO ACTIVO		936.636,47	174.047,33
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio:			
Capital subscrito	21;	200.000,00	200.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	5;21;	4.126.993,96	4.126.993,96
Resultados transitados	24;	(6.875.652,88)	(4.824.237,53)
		(2.548.658,92)	(497.243,57)
Resultado líquido do período	24;	(1.782.563,80)	(2.051.415,35)
Total do capital próprio		(4.331.222,72)	(2.548.658,92)
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	3;8;9;21;	4.495.141,06	2.062.069,19
		4.495.141,06	2.062.069,19
Passivo corrente:			
Fornecedores	21;	300.054,80	286.894,68
Estado e outros entes públicos	3;21;	244.041,54	335.975,95
Outras dívidas a pagar	21;	228.621,79	37.766,43
		772.718,13	660.637,06
Total do passivo		5.267.859,19	2.722.706,25
Total do capital próprio e do passivo		936.636,47	174.047,33

O Contabilista Certificado

A Administração



AVS - FUTEBOL, SAD

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 30.06.2023

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		07/22 - 06/23	07/21 - 06/22
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3;17;	1.620.214,95	961.052,81
Subsídios à exploração	18;	207.400,00	148.093,97
Fornecimentos e serviços externos	12;	(1.247.418,49)	(949.843,63)
Gastos com o pessoal	3;13;	(2.086.710,80)	(2.149.521,20)
Outros rendimentos	14;	18.144,41	1.704,95
Outros gastos	15;	(255.934,57)	(26.204,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1.744.304,50)	(2.014.717,37)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;	(18.262,01)	(17.865,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.762.566,51)	(2.032.582,75)
Juros e gastos similares suportados	3;9;16;	(8.999,82)	(8.256,92)
Resultado antes de Impostos		(1.771.566,33)	(2.040.839,67)
Imposto sobre o rendimento do período	3;20;	(10.997,47)	(10.575,68)
Resultado líquido do período		(1.782.563,80)	(2.051.415,35)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam		-	-
Resultado por acção básico		-	-

O Contabilista Certificado

A Administração



165650885
51750





AVS - FUTEBOL, SAD

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 30 Junho 2022

Unidade monetária Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	200.000,00		4.126.993,96				(2.792.601,72)			(2.031.771,97)	(497.379,73)		(497.379,73)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	21;							(2.031.635,81)			2.031.771,97	136,16		136,16
	2							(2.031.635,81)			2.031.771,97	136,16		136,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										(2.051.415,35)	(2.051.415,35)		(2.051.415,35)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										(19.643,38)	(2.051.279,19)		(2.051.279,19)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	5													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6=1+2+3+5	21;	200.000,00		4.126.993,96						(2.051.415,35)	(2.548.658,92)		(2.548.658,92)

O Contabilista Certificado

A Administração



AVS - FUTEBOL, SAD

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 30 Junho 2023

Unidade monetária Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	200.000,00		4.126.993,96				(4.824.237,53)			(2.051.415,35)	(2.548.658,92)		(2.548.658,92)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	21;							(2.051.415,35)			2.051.415,35			
	7							(2.051.415,35)			2.051.415,35			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										(1.782.563,80)	(1.782.563,80)		(1.782.563,80)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										268.851,55	(1.782.563,80)		(1.782.563,80)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	5;													
	10													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	11=6+7+8+10	21;	200.000,00		4.126.993,96						(6.875.652,88)	(1.782.563,80)	(4.331.222,72)	(4.331.222,72)

O Contabilista Certificado

A Administração

AVS - FUTEBOL, SAD



Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 30.06.2023

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		07/22 - 06/23	07/21 - 06/22
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	1.998.519,46	1.044.901,93
Pagamentos a fornecedores	-	(1.380.438,86)	(1.097.151,16)
Pagamentos ao pessoal	-	(1.246.670,68)	(1.316.926,56)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(628.590,08)	(1.369.175,79)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(10.575,68)	(6.971,00)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(1.238.042,45)	(661.896,88)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	(1.877.208,21)	(2.038.043,67)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(35.791,11)	(15.949,60)
Activos intangíveis	-	(71.143,81)	
Investimentos financeiros	-	(6.330,29)	
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+	7.124,04	
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	(106.141,17)	(15.949,60)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	2.581.700,15	2.185.925,64
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(148.789,09)	(123.856,45)
Juros e gastos similares	-	(8.999,82)	(8.256,92)
Dividendos /Distribuição de resultados	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	2.423.911,24	2.053.812,27
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	440.561,86	(181,00)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	3.007,32	3.188,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	443.569,18	3.007,32

O Contabilista Certificado

A Administração



ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

Designação da entidade:	AVS - Futebol, SAD
Forma Legal:	Sociedade Anónima Desportiva
Local e data de constituição:	Vila das Aves, constituída em Setembro de 2013
Sede:	Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265 4795-080 Vila das Aves – Santo Tirso
Natureza da Actividade:	Participação nas competições de futebol, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

Nota: Em abril de 2023 a sociedade alterou o nome de União Desportiva Vilafranquense Futebol, SAD para AVS Futebol, SAD, e a sua sede passou de Vila Franca de Xira para a Vila das Aves.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto e por o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas :

- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código das Contas);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 8255/2015, de 29 de Julho (Norma Contabilística para Microentidades);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro-28);
- Aviso nº 8257/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho (Normas Interpretativas).

2.2. Indicação e Justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais Políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respectivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Ativos e Passivos por Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objecto de divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição (valor de factura acrescido das despesas de transporte, montagem e disposição final), com excepção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009.

A empresa procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos, tendo concluído que as vidas definidas se encontram adequadas.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações que contribuam para a melhoria efectiva da capacidade produtiva e operacional dos ativos, são capitalizadas no imobilizado e depreciadas pelo número de anos de vida útil remanescente do activo a que se referem.

As mais ou menos valias provenientes da alienação ou abate são determinadas pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados, na linha de “Outros gastos e perdas operacionais” ou “Outros rendimentos e ganhos operacionais”.

Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos tangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição sendo amortizados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009. Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos intangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

3.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho e estão registados ao justo valor.

3.4. Impostos sobre Rendimentos

O Imposto sobre o Rendimento do período respeita apenas a impostos correntes do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

A administração suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Fornecedores e outros valores a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo, caso existam, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Os inventários são reduzidos para o seu valor realizável líquido nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.8. Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, ou uma quantia incerta, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

3.9. Locações

As locações de ativos, relativamente aos quais a empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras aqueles acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, no passivo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas de acordo com as taxas do decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

3.10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respectiva relação contratual. Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem e classificam-se como Empréstimos ou Contas a pagar.

Os empréstimos são reconhecidos ao seu custo histórico. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente. As outras contas a pagar, saldos de fornecedores e outros credores, são registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor.

3.11. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário e depósitos bancários sem risco significativo de alteração de valor que são mensurados ao custo.

3.13. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

3.14. Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

3.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens ou prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

3.16. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento e de acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

3.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

Da análise do quadro abaixo verificamos a evolução dos montantes de caixa e equivalentes, nomeadamente os valores disponíveis e indisponíveis para uso.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		30.06.2023			30.06.2022		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	532,85		532,85	1.375,06		1.375,06
	Subtotais	532,85		532,85	1.375,06		1.375,06
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	443.036,33		443.036,33	1.632,26		1.632,26
	Outros depósitos bancários						
	Subtotais	443.036,33		443.036,33	1.632,26		1.632,26
Totais		443.569,18		443.569,18	3.007,32		3.007,32

Não existem quantias indisponíveis para uso a 30.06.2023.

5. Partes relacionadas

A sociedade recebe com alguma regularidade recursos financeiros da empresa Números Mouriscos, Unipessoal, Lda, número de identificação fiscal 515 741 574, com sede na rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265, Vila das Aves, Santo Tirso, que tem como atividade principal as atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras.

(valores expressos em euros)

Saldos pendentes com as partes relacionadas		30-06-2023		30-06-2022	
		Prestações Acessórias	Financiamentos Obtidos	Prestações Acessórias	Financiamentos Obtidos
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Números Mouriscos	4.126.993,96	4.495.141,06	4.126.993,96	2.062.069,19
	Subtotais	4.126.993,96	4.495.141,06	4.126.993,96	2.062.069,19
Totais		4.126.993,96	4.495.141,06	4.126.993,96	2.062.069,19

(valores expressos em euros)

Remuneração pessoal chave da gestão	2022/23	2021/22
Henrique Sereno Fonseca	11.571,00	2.782,32
Luis Miguel Socorro Matos Peixoto	33.470,47	
Oswaldo Carlos Vogues		13.494,60
Totais	45.041,47	16.276,92

6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição, são amortizados em função das vidas úteis que resultam das taxas máximas previstas no DR 25/2009 e são constituídos por programas de computador e outros ativos intangíveis.

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis		Projetos de desenvolvimento			Propriedade industrial					Ativos intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01.07.2021	Quantias brutas escrituradas			2.520,00					76.928,88		79.448,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(350,07)					(61.543,11)		(61.893,18)
	Quantias líquidas escrituradas			2.169,93					15.385,77		17.555,70
Adições											
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações				(420,08)					(7.692,89)		(8.112,97)
Em 30.06.2022 (01.07.2022)	Quantias brutas escrituradas			2.520,00					76.928,88		79.448,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(770,15)					(69.236,00)		(70.006,15)
	Quantias líquidas escrituradas			1.749,85					7.692,88		9.442,73
Adições										71.143,81	71.143,81
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações				(420,08)					(7.692,88)		(8.112,96)
Em 30.06.2023	Quantias brutas escrituradas			2.520,00					76.928,88	71.143,81	150.592,69
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(1.190,23)					(76.928,88)		(78.119,11)
	Quantias líquidas escrituradas			1.329,77						71.143,81	72.473,58

7. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição, com exceção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são depreciados em função em função das vidas uteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009, critério que tem sido mantido nos exercícios anteriores.

7.1. Quantias escrituradas e depreciações

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período é a seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01.07.2021	Quantias brutas escrituradas		41.870,00	29.514,33	2.301,00	11.445,49		3.671,05		88.801,87
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(23.215,50)	(12.697,81)	(2.301,00)	(7.041,63)		(3.498,67)		(48.754,61)
	Quantias líquidas escrituradas		18.654,50	16.816,52		4.403,86		172,38		40.047,26
Adições				6.003,01		4.665,69				10.668,70
Alienações, sinistros e abates										
Depreciações			(2.093,50)	(4.929,89)		(1.235,83)		(109,60)		(8.368,82)
Em 30.06.2022(01.07.2022)	Quantias brutas escrituradas		41.870,00	35.517,34	2.301,00	16.111,18		3.671,05		99.470,57
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(25.309,00)	(17.627,70)	(2.301,00)	(8.277,46)		(3.608,27)		(57.123,43)
	Quantias líquidas escrituradas		16.561,00	17.889,64		7.833,72		62,78		42.347,14
Adições				11.742,53	14.000,00	5.973,82				31.716,35
Alienações, sinistros e abates										
Depreciações			(2.093,50)	(3.166,02)	(3.208,33)	(1.665,53)		(15,67)		(10.149,05)
Em 30.06.2023	Quantias brutas escrituradas		41.870,00	47.259,87	16.301,00	22.085,00		3.671,05		131.186,92
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(27.402,50)	(20.793,72)	(5.509,33)	(9.942,99)		(3.623,94)		(67.272,48)
	Quantias líquidas escrituradas		14.467,50	26.466,15	10.791,67	12.142,01		47,11		63.914,44

(valores expressos em euros)

Depreciações de ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.07.2021	23.215,50	12.697,81	2.301,00	7.041,63		3.498,67	48.754,61
Reforços	2.093,50	4.929,89		1.235,83		109,60	8.368,82
Transferências							
Alienações							
Acumuladas em 30.06.2022(01.07.2022)	25.309,00	17.627,70	2.301,00	8.277,46		3.608,27	57.123,43
Reforços	2.093,50	3.166,02	3.208,33	1.665,53		15,67	10.149,05
Transferências							
Alienações							
Acumuladas em 30.06.2023	27.402,50	20.793,72	5.509,33	9.942,99		3.623,94	67.272,48

7.2. Divulgações sobre restrições e garantias

Não existem restições sobre a utilização dos ativos tangíveis da sociedade e não foram dados em garantia quaisquer ativos tangíveis da sociedade.

7.3. Revalorizações

Os ativos tangíveis da empresa não foram revalorizados.

8. Locações

À data de 30 de junho de 2023 não existem bens em locação financeira e assim como não existe qualquer reserva de propriedade sobre os bens da empresa.

9. Custos com empréstimos obtidos

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

Em 2022/23 e nos anteriores exercícios, não foram capitalizados valores relativos a empréstimos obtidos para financiar ativos.

10. Imparidade de ativos

No presente exercício a empresa não reconheceu nos resultados perdas por imparidade em dívidas a receber. O reconhecimento das imparidades em dívidas a receber é avaliada no final de cada exercício e é reconhecida apenas quando se verifica existir evidência objetiva da mesma.

11. Inventários

À data de 30 de junho de 2023 a sociedade não apresenta valores nas contas de inventários.

12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)

FSE	2022/23	2021/22
Subcontratos		
Serviços Especializados	601.023,88	400.126,62
Materiais	106.726,10	89.290,97
Energia e Fluidos	58.604,38	53.788,08
Deslocações Estadas e Transportes	264.742,40	246.953,88
Serviços Diversos	216.321,73	159.684,08
Soma	1.247.418,49	949.843,63

13. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	2022/23	2021/22
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	1.592.086,76	1.605.093,79
Encargos sobre Remunerações	164.472,52	146.223,60
Indemnizações	90.420,84	78.260,45
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	113.369,84	129.164,49
Gastos com ação social	73.022,94	117.423,24
Outros gastos com Pessoal	53.337,90	73.355,63
Soma	2.086.710,80	2.149.521,20
Número Médio de Colaboradores	56	49

14. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, foram como segue:

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos	2022/23	2021/22
Rendimentos suplementares		
Rend. Ganhos em Invest. não Financeiros		
Outros	18.144,41	1.704,95
Soma	18.144,41	1.704,95

15. Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, foram como segue:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos	2022/23	2021/22
Impostos	1.176,01	1.014,28
Perdas em investimentos não financeiros		
Outros	254.758,56	25.189,99
Soma	255.934,57	26.204,27

16. Juros e rendimentos / gastos similares

Os juros e rendimentos / gastos similares, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	2022/23	2021/22
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos de depósitos bancários		
Outros rendimentos similares		
Soma	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamento obtidos		
Outros juros	8.359,17	5.083,72
Outros gastos e perdas de financiamento	640,65	3.173,20
Soma	8.999,82	8.256,92
Saldo	(8.999,82)	(8.256,92)

17. Rédito

Conforme referido atrás, o rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestações de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

As categorias de réditos da empresa são a prestação de serviços associados à disputa da Liga SABSEG e restantes competições onde participa. A prestação de serviços compreende as atividades operacionais, as receitas de televisão e as receitas da formação.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período		2022/23			2021/22	
		Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	Mercadorias		0,00%			0,00%
	...		0,00%			0,00%
	Subtotal	0,00	0,00%		0,00	0,00%
Prestação de serviços	Atividades Operacionais	1.173.314,68	72,42%	95,53%	600.060,95	62,44%
	Receitas de Televisão	405.000,00	25,00%	15,71%	350.000,00	36,42%
	Receitas da Formação	41.900,27	2,59%	281,19%	10.991,86	1,14%
	Subtotal	1.620.214,95	100,00%	68,59%	961.052,81	100,00%
Total		1.620.214,95	100,00%	68,59%	961.052,81	100,00%

18. Subsídios do Governo e apoios do governo

Os subsídios recebidos respeitam a subsídios à Exploração para o desenvolvimento da formação do clube recebidos da Federação Portuguesa de Futebol e são reconhecidos como rendimento do exercício. Foram reconhecidos os seguintes valores relativos a subsídios.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2022/23				2020/21			
			Demonstração dos resultados		Balanço		Demonstração dos resultados		Balanço	
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos) Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos) Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	...								
	Subtotal									
Reembolsáveis	Subsídios relacionados com resultados	F. P. Futebol - UEFA	207.400,00			147.701,97				
		Outros				392,00				
	Subtotal		207.400,00			148.093,97				
Totais			207.400,00			148.093,97				

19. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, não sendo conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 30 de junho de 2023.

20. Impostos sobre rendimentos

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

Reconciliação entre o imposto corrente e o imposto sobre o rendimento do período:

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		2022/23	2021/22	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1		
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	10.997,47	
	De diferenças temporárias			
	De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos			
	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente			
	Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos			
	Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes		
		Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos		
Imposto diferido	3			
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	10.997,47	
Totais		5 = 1 + 4	10.997,47	

21. Instrumentos financeiros

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

21.1. Clientes

Em 30 de junho de 2023 e de 2022, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Clientes	30.06.2023	30.06.2022
Clientes Conta Corrente	102.958,47	27.294,19
Clientes Cobrança Duvidosa		
Soma	102.958,47	27.294,19
Perdas por Imparidade		
Total	102.958,47	27.294,19

21.2. Estado e outros entes publicos

Em 30 de junho de 2023 e de 2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos”, apresentava os seguintes saldos devedores e credores:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos	30.06.2023	30.06.2022
Saldos Devedores		
IVA - Recuperar		9.631,20
Restantes Impostos		
Soma	0,00	9.631,20
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	10.997,47	10.575,68
Retenção imposto s/ rend.	19.746,93	39.523,66
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		89.415,00
IVA - A Pagar	63.449,49	
Contribuição p/ Seg. Social	46.483,24	72.409,99
Contribuição p/ Seg. Social - prestacional	103.364,41	122.402,74
Fundos de Compensação - FCT FGCT		1.648,88
Restantes Impostos		
Soma	244.041,54	335.975,95
Não corrente		
Restantes Impostos		
Saldo	(244.041,54)	(326.344,75)

21.3. Outros créditos a receber

Em 30 de junho de 2023 e de 2022, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Outros créditos a receber	30.06.2023	30.06.2022
Não Correntes		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Soma	0,00	0,00
Corrente		
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Adiant. a fornecedores de investimentos	44.025,00	
Devedores por acréscimo de rendimentos	69.445,40	
Outros devedores	98.448,55	80.279,78
Saldos devedores de fornecedores CC	28.550,63	
Soma	240.469,58	80.279,78
Total	240.469,58	80.279,78

21.4. Diferimentos

Em 30 de junho de 2023 e de 2022 o saldos da rubrica “Diferimentos” apresentavam-se como segue:

(valores expressos em euros)

Diferimentos Activos	30.06.2023	30.06.2022
FSE - Serviços especializados		
FSE - Rendas e alugueres	12.000,00	
Outros		
Soma	12.000,00	0,00

21.5. Indicação das quantias de capital social nominal

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de duzentos mil euros, divididos em quarenta mil ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada e encontra-se repartido conforme segue:

Acionista	Nº Ações	% Capital Social	Votos
Números Mouriscos, Unipessoal, Lda	39.996	99,99%	99,99%
Rodrigo Carvalho Cesar Pereira	1	0,0025%	0,0025%
Pedro Aurelio do Nascimento	1	0,0025%	0,0025%
Mauro Fernando Lourenço	1	0,0025%	0,0025%
Alex Tavella	1	0,0025%	0,0025%
Soma	40.000	100%	100%

A 30 junho de 2023 a Números Mouriscos, Unipessoal, Lda tem registado na SAD como prestações acessórias de capital o valor de 4.126.993,96 Euros.

21.6. Situações de incumprimento de empréstimos obtidos

A sociedade a 30 de junho de 2023 não apresenta qualquer incumprimento em empréstimos obtidos.

21.7. Financiamentos obtidos

Em 30 de junho de 2023 e de 2022 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

(valores expressos em euros)

Financiamentos Obtidos	30.06.2023	30.06.2022
Não Correntes		
Empréstimos Bancários		
Participantes Capital	4.495.141,06	2.062.069,19
Soma	4.495.141,06	2.062.069,19
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Participante de Capital		
Soma	0,00	0,00
Total	4.495.141,06	2.062.069,19

21.8. Ativos dados em garantia ou penhor

A 30 de junho de 2023 não existem nem foram concedidas garantias ou quaisquer penhores.

21.9. Fornecedores

Em 30 de junho de 2023 e de 2022 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Fornecedores	30.06.2023	30.06.2022
Fornecedores, Conta Corrente	300.054,80	286.894,68
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, facturas em rec. e conf.		
Soma	300.054,80	286.894,68

21.10. Outras dividas a pagar

Em 30 de junho de 2023 e de 2022 a rubrica “Outras dividas a pagar” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Outras dividas a pagar	30.06.2023	30.06.2022
Não Correntes		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Soma	0,00	0,00
Corrente		
Pessoal	110.121,79	13.462,70
Fornecedores de investimentos		
Outros Credores	118.500,00	24.303,73
Soma	228.621,79	37.766,43
Total	228.621,79	37.766,43

21.11. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho no valor de 1.251,22€.

22. Processos judiciais em curso a 30 de junho de 2023

Declara-se que a 30 de junho de 2023 não existem quaisquer processos judiciais ou de contraordenação em curso em nome da sociedade.

23. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.220 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade não possuiu quaisquer quotas próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que a empresa tem a sua situação regularizada perante a Administração Tributária e Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 30 de junho de 2023, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a junho, cujo pagamento se efectuará em julho de 2023 e a acordos de pagamentos a prestações feitos com a Segurança Social.

24. Resultados transitados e reservas

As rubricas resultados transitados e reservas a 30 de junho de 2023 respeitam à aplicação dos resultados dos anteriores exercícios, as quais se irá somar o valor relativo ao resultado líquido do exercício de 2022, conforme segue:

Outras Reservas	0.00€
Resultados Transitados	<u>-1.782.563,80€</u>
	-1.782.563,80€

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a aprovação das presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo a 30 de junho de 2023 foram autorizadas para emissão pelo órgão de gestão a 28 de setembro de 2023.

Vila das Aves, 28 de setembro de 2023

O Contabilista Certificado



A Administração



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

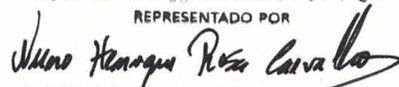
1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da AVS - FUTEBOL, SAD relativamente ao exercício findo em 30 de junho de 2023.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequadas, a evolução da situação da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas.
4. No âmbito das minhas funções verificámos que:
 - a) O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e os Fluxos de Caixa e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e fluxos de caixa.
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
 - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
 - d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
 - a) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
 - c) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.
6. Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Alqueidão da Serra, 16 de novembro de 2023



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

REPRESENTADO POR



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do AVS - FUTEBOL, SAD que compreendem o balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 936.636,47 euros e um total de capital próprio negativo de 4.331.222,72 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.782.563,80 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

Rua A-do-Ferreiro, nº 22 2480-013 Alqueidão da Serra
geral@rcsroc.pt Telef. 244 499 040

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Alqueidão da Serra, 16 de novembro de 2023



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

REPRESENTADO POR

Henrique Rosa Carvalho